



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

29 de janeiro de 2018

“Certos crimes levam as pessoas a quererem vingança e não justiça”

‘Certos crimes levam as pessoas a quererem vingança e não justiça’ /
Entrevista / Torquato Jardim / Ministro da Justiça e Segurança Pública /
Operação Ouvidos Moucos / Prisão / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Polícia
Federal / Sindicância

ENTREVISTA
**MINISTRO DESCARTA
PRESÍDIO EM ITAJAÍ**
Em SC, Torquato Jardim
também comenta sobre a
Operação Ouvidos Moucos
Páginas 6 e 7

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2018 DIÁRIO CATARINENSE 6

POLÍTICA

“Certos crimes levam as pessoas a quererem vingança e não Justiça”

ENTREVISTA COM O MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, TORQUATO JARDIM

JURISTA COMENTA SOBRE Operação Ouvidos Moucos e desistência de construir presídio federal em Itajaí

ANDERSON SILVA
anderson.silva@somossc.com.br

Há oito meses no cargo, Torquato Jardim, 68 anos, esteve na última sexta-feira pela primeira vez em Santa Catarina como ministro da Justiça e Segurança Pública. Assinou convênio do governo federal com a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (SJC) para implantação do programa Mulheres Livres, projeto para incentivo à reinserção de detentas na sociedade. Após o evento, Jardim falou com exclusividade à reportagem. A entrevista ocorreu no Mercado Público da Capital, onde ele foi almoçar com a secretária da SJC, Ada de Lucca, e o secretário-adjunto da pasta, Leandro Lima, entre outros assessores. O ministro falou sobre as prisões em segunda instância, a Operação Ouvidos Moucos e revelou desistência de construir um presídio federal em Itajaí. Leia abaixo a entrevista.

Há muita reclamação das polícias aqui em Santa Catarina da entrada de drogas e armas pelas fronteiras. Como o ministro trabalha para controlar esse acesso?

O ministério sozinho não controla a fronteira. Trabalhamos com o Ministério

da Defesa, Ministério da Fazenda através da Receita Federal. É algo conjunto com todo o governo federal. A fronteira é imensa, são mais de 16 mil quilômetros, você precisa de muita tecnologia, investir em novas tecnologias, radares, drones, polícia móvel. Mas principalmente serviço de inteligência. O maior trabalho que se pode fazer nas fronteiras, e nós estamos fazendo, é parcerias com polícias especializadas de países vizinhos. Os resultados são ótimos, basta ver nas estatísticas. As milhares toneladas de cigarros e outros produtos como drogas e armas que são retidas em parcerias que fazemos lá dentro tanto com a Bolívia como Paraguai, por exemplo, onde a Polícia Federal já esteve erradicando plantação de maconha. Agora, é um desafio. Os dois maiores produtores de cocaína, os dois maiores produtores mundiais de maconha são vizinhos do Brasil.

Santa Catarina enfrenta uma guerra de facções criminosas. Como o Ministério da Justiça está trabalhando para combatê-las?

Esse é um trabalho de inteligência importante que nós estamos fazendo com as polícias de todos os Estados e as agências nacionais de informação. Mas, por enquanto, está sob controle nas penitenciárias.

“Por razões técnicas nós optamos por não fazer em Itajaí (sobre o projeto para a construção de um presídio federal em Itajaí) (...) O problema presidiário no mundo inteiro é com o desafio de garantir condições de vida dignas, que obedecem o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e que tenha como consequências reinserir o presidiário na sociedade.”

O Brasil prende muito e mal?

Não sei, são dois conceitos abstratos, estatísticos. O problema presidiário no mundo inteiro, o que não justifica a situação brasileira, é com o desafio permanente de garantir condições de vida dignas, que obedecem o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e que tenha consequências de médio e longo prazo de reinserir o presidiário na vida útil da sociedade. Esse que é o desafio. Dar condições de vida digna no presídio, ocupação inteligente e útil para que num terceiro momento ele possa voltar à vida social de modo útil.

E isso só será feito com alterações na Lei de Execuções Penais e no Código Penal? O senhor pretende tocar nisso

como ministro?

Não sei se será preciso mexer tão especialmente nas leis. Mexer em lei muda a jurisprudência, você tem o pró e o contra. Eu prefiro, pragmaticamente, tomar a questão legal como ela é e tirar as melhores consequências possíveis. E as melhores consequências possíveis ainda não foram possíveis de tirar.

Dentro dessa questão de leis e decisões está a prisão em segunda instância decidida pelo STF, mas que alguns ministros falam em alterá-la. Inclusive o ex-presidente Lula estaria em condições jurídicas de ser preso com essa decisão. O senhor acredita que ele deve ser preso por conta da recente decisão do TRF4?

Não vou comentar sobre o Lula. Vou comentar o tema fundamental, direito constitucional, se é razoável ou não alguém ser preso para início da execução penal após decisão em segundo grau. Essa é uma decisão precária do Supremo Tribunal Federal (STF) tomada por seis votos a cinco na discussão de uma liminar. O mérito das duas causas está em mesa para julgamento. O próprio ministro Marco Aurélio Mello já fez essa advertência de prudên-

cia, vamos aguardar. Eu, em entrevista a seus colegas anteontem (quarta-feira passada), disse a mesma coisa: a prudência recomenda que, em qualquer hipótese, não é só na do ex-presidente Lula, seja muito bem ponderada, com prudência e equilíbrio a execução imediata. Em alguns crimes, pela sua violência ou gravíssima ameaça você pode até por precaução aplicar uma medida cautelar. Ela é possível se o juiz determinar internação motivadamente até por algum tempo, até que haja a decisão definitiva. Mas, no caso de crimes praticados em grave ameaça ou violência contra pessoa, é preciso mais prudência porque, insisto, é uma decisão ainda precária do STF que já está anunciado que pode mudar. O próprio ministro Gilmar Mendes que compôs os seis já concedeu liminares e mandados de segurança contra aquele 6 a 5.

O próprio Gilmar Mendes recentemente também concedeu liminar proibindo a aplicação de conduções coercitivas no país. O senhor apoia essa prática?

A condução coercitiva pode, eventualmente, ser necessária. O que surpreende é a frequência com que ela tem sido usada. Que ela é necessária em certas circunstâncias, é. Quando houver perigo para a pessoa que está sendo presa, perigo para os policiais que estão executando a ordem, perigo coletivo, de alguma forma a quebra de segurança pública motivadamente. Não me preocupo com a quantidade e frequência, mas me preocupo se elas estão comprovadas motivadamente.

O senhor está satisfeito com esse um ano de Plano Nacional de Segurança?

A avaliação que faço é positiva porque os números estão aí, apenas não são publicados. Se você olhar as estatísticas da Operação Rio, os números são impressionantes. As toneladas de cocaína, de maconha, centenas de armas, as milhares de munições e cartuchos que não estão tendo repercussão. Mas há uma coordenação cada vez mais frequente da União com os Estados e com algumas guardas municipais. Esse é o primeiro desafio: conhecimento, a chamada inteligência. Depois é que vêm as operações. Esse é um processo longo, porque o Brasil é muito diversificado. A Polícia Militar da Amazônia não é a do Sul, tem necessidades, demandas e treinamentos diferentes e no plano nacional de combate às drogas, por exemplo, que é transnacional, tem que começar com inteligência, conhecimento mútuo, treinamentos específicos das forças em cada uma das regiões. O narcotráfico que você combate na Amazônia tem um treinamento, o narcotráfico que você combate em Santa Catarina e Paraná é outro mecanismo, fundamento, tipo de prova. Então essa é a reeducação que o governo tem tentado.

Ano passado tivemos em Santa Catarina a Operação Ouvidos Moucos que prendeu o ex-reitor Luiz Carlos Cancellier. Como o senhor avalia a ação? O senhor se aprofundou sobre ela?

Pedi à Polícia Federal depois de receber uma representação dos irmãos do ex-reitor junto com o senador Dario Berger que fosse feita a sindicância. Já recebi o resultado, a sindicância interna entende que não houve equívoco nenhum na conduta da delegada. Enviei esse documento para a família, para que se pronuncie, não recebi resposta. Com a reabertura do Congresso semana que vem, vou enviar ao senador Dario Berger. Depois disso vou tomar as providências.

Qual sua avaliação? Queou ouvir os outros primeiro.



A sindicância interna (sobre a Operação Ouvidos Moucos) entende que não houve equívoco nenhum na conduta da delegada. Enviei esse documento para a família, para que se pronuncie, não recebi resposta. Depois disso vou tomar as providências.

Outros quem?

A família e o senador.

E o que pode ocorrer internamente?

Não sei, há várias hipóteses. Ou se encerra o procedimento disciplinar ou mando seguir por algum motivo. A questão para mim está em aberto.

Como o senhor avalia o trabalho da Lava-Jato? O senhor espera que continue em 2018?

Espero que continue. A Polícia Federal está muito bem aparelhada para isso, seja em Curitiba, seja em São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília. Houve uma adequação de pessoas em função da demanda, Curitiba hoje tem menos trabalho do que Brasília ou Rio, mas o engajamento é o mesmo.

Existia um projeto para a construção de uma penitenciária federal em Itajaí. Isso está mantido?

Por razões técnicas nós optamos por não fazer em Itajaí.

No seu discurso de lançamento do projeto Mulheres Livres (em evento na última sexta-feira no CIC, em Florianópolis), o senhor falou na importância do envolvimento do Estado e de empresas para a reinserção das detentas na sociedade. Como funciona isso?

Se ela for presa provisória, ela tem o direito de ter essa provisoriedade vista logo, que há casos que se alongam por muito tempo. Aí é preciso essa parceria, quase mutirão, com defensores públicos e, se possível, com os escritórios modelo das faculdades de direito. É preciso que elas tenham, e acredito que no caso das mulheres é mais urgente, oportunidade de voltar com utilidade ao mercado de trabalho sem preconceito social. Que ela possa ter atividade e cuidar dos seus filhos, é cuidar do presente e do futuro. Há muitas crianças abandonadas, algumas nascidas no próprio presídio, outras pequenas. Você tem o estatuto da primeira-infância que obriga o poder público a tomar medidas de apoio às crianças recém-nascidas e aquelas de 12 a 14 anos de idade. Como se percebe, não se pode castigar o futuro em razão do presente. Essas crianças são vítimas, e quem melhor e mais proximamente com carinho, cuidado e amor, pode superar é a mãe.

A população em geral tem resistência com essas medidas cautelares. Como mudar esse conceito?

É uma reeducação psicológica. A sociedade civil tem que participar, por isso que é importante a presença do empresariado, já quebrando esse preconceito. Há um preconceito social. Certos crimes levam as pessoas a quererem vingança e não Justiça. E o papel do poder público é justamente esse. Na nossa cultura a pena é reeducação, compensação com reeducação, não a vingança. Mas claro, diante de tantos crimes violentos, latrocínios, mortes, há sentimento de vingança. É natural do ser humano. Mas é preciso que o poder público esclareça, eduque. E a presença do empresariado é importante para a população saber que elas e eles (presos) estão tendo oportunidade de trabalho.

O governo Temer termina esse ano, e o trabalho do senhor no ministério pode encerrar. Qual legado será deixado?

O legado o futuro decide, os outros é que vão enxergar.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Projeto da UFSC facilita acesso a alimentos orgânicos com preços mais baixos](#)

[Sisu divulga lista dos aprovados nesta segunda-feira](#)

[Provimento reaviva debate sobre limites do CNJ em serventias extrajudiciais](#)

[Projeto da UFSC facilita acesso de alimentos orgânicos com preços mais baixos](#)

[Direito Civil Atual](#)

[Busca por sexo fácil no Parque da Cidade acontece a qualquer hora do dia](#)

[UFSC assina contrato para início de construção em Araranguá](#)

[TRF4 nega pedido de professor envolvido na Operação Ouvidos Moucos para voltar à UFSC](#)

[Amurc comemora conquistas da região](#)

[UFSC assina contrato para início da construção do Centro de Tecnologia da Saúde em Araranguá](#)